

Reunião de 27 de novembro de 2018



----- Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Mogadouro, realizada no dia vinte e sete de novembro do ano de dois mil e dezoito. -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, no edifício dos paços do concelho e na sala de reuniões do gabinete do presidente, pelas nove horas e quinze minutos, sob a presidência do excelentíssimo senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, e com a presença dos excelentíssimos senhores vereadores, Manuel da Ressurreição Cordeiro, Evaristo António Neves, Daniel Fernando Ribeiro Salgado, Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado e Virgínia Cordeiro Gomes Vieira, e, comigo, António Luís Moreira, chefe de Divisão Administrativa e Financeira, a secretariar, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Mogadouro. -----

----- Declarada aberta a reunião pelo senhor presidente, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, foi deliberado justificar a falta de comparência da excelentíssima senhora vereadora, Joana Filipa Vicente da Silva à presente reunião e, proceder, de seguida à apreciação e votação dos seguintes pontos: -----

----- **BALANCETE:** - Foi presente o balancete do pretérito dia vinte e seis de novembro de dois mil e dezoito. Verificou-se um total de disponibilidades na importância de três milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, novecentos e três euros e cinquenta e cinco cêntimos (€3.365.903,55). -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **“SELO DE QUALIDADE EXEMPLAR DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO” ATRIBUÍDO AO MUNICÍPIO DE MOGADOURO:** - O senhor presidente da Câmara informou o Executivo que o município de Mogadouro recebeu o “Selo de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano” entregue pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos). – Que, o galardão foi entregue, na passada quinta-feira, em Lisboa, o qual tem por objetivo evidenciar as entidades prestadoras de serviços de abastecimento público de água que, no último ano de avaliação regulatória, tenham assegurado uma qualidade exemplar da água para consumo humano, que cumpram cumulativamente todos os critérios estabelecidos em regulamento próprio. -----

ORDEM DO DIA

- 1 **ATAS – APROVAÇÃO DA ATA N.º 21/2018 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2018.** -----

Reunião de 27 de novembro de 2018



- 2 GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA – EMPREITADA “CASA DAS ASSOCIAÇÕES/ANTIGO EDIFÍCIO DO BANCO PINTO & SOTTO MAYOR” – PEDIDO DA EMPRESA MULTINORDESTE, S.A. – CESSAÇÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL PARA A EMPRESA GUALDIM ANCIÃES AMADO & FILHOS, LDA. – DESPACHO DE APROVAÇÃO – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. -----
- 3 GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA – EMPREITADA “REFORMULAÇÃO DO TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DA VILA DE MOGADOURO” – PEDIDO DA EMPRESA AMBIÁGUA-GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DE ÁGUA, S.A. A SOLICITAR A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A ENTREGA DAS PROPOSTAS – DESPACHO DE INDEFERIMENTO – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. -----
- 4 GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL ANO 2018 – 2.ª ALTERAÇÃO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 5 GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA – AQUISIÇÃO DE ARTIGOS PROMOCIONAIS PARA OFERTA À ASSOCIAÇÃO TRINDADE COELHO – MOGADOURENSES EM BRAGANÇA PARA AS BODAS DE PRATA (XXV ENCONTRO DE MOGADOURENSES EM BRAGANÇA) – DESPACHO DE EMISSÃO DA RIA/PAQ (AQUISIÇÃO) – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. -----
- 6 GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS 2019 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 7 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÓNIO – EMPREITADA “PROJETO E REQUALIFICAÇÃO DAS HABITAÇÕES DO EX BAIRRO FUNDO FOMENTO/ARRANJO URBANÍSTICO DO ESPAÇO ENVOLVENTE DO ANTIGO BAIRRO FUNDO FOMENTO” - MINUTA DO ACORDO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 8 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE JOAQUIM DA COSTA GONÇALVES A SOLICITAR A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE RELIGAÇÃO DO CONTADOR DE ÁGUA NA HABITAÇÃO SITA EM PESO – DESPACHO DE DEFERIMENTO DA VEREADORA COM COMPETÊNCIAS DELEGADAS JOANA DA SILVA – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. -----

Reunião de 27 de novembro de 2018



- 9 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DO CLUBE DE CAÇA E PESCA DE MOGADOURO A SOLICITAR APOIO PARA A REQUALIFICAÇÃO DO CAMPO DE TIRO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 10 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE AMÍLCAR AUGUSTO PRETO PARA MELHORIA DE ALOJAMENTO EM URRÓS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 11 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE ALCINO DOS ANJOS MEIRINHOS PARA APOIO NA COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAÇÃO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 12 DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE SORAIA ANDREIA ROCHA PIRES (CONSUMIDORA N.º 10717) PARA PAGAMENTO DE FATURAS DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 13 DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE SERAFIM DOS ANJOS REIS (CONSUMIDOR N.º 566) PARA PAGAMENTO DA FATURA DE ÁGUA DE JULHO DE 2018 EM PRESTAÇÕES – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 14 PEDIDO DE RICARDO HERCULANO MARTINS MAJOR A SOLICITAR A DEVOLUÇÃO DE TAXA PAGA INDEVIDAMENTE NO VALOR DE 52,77 EUROS REFERENTE AO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS – DESPACHO DE DEFERIMENTO – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. -----
- 15 PEDIDO DE ANABELA DE JESUS PIRES PARA APOIO À CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS EMPRESARIAIS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL (IEEIM) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 16 PEDIDO DE MÁRIO FERNANDES MARCOS PARA APOIO À CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS EMPRESARIAIS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL (IEEIM) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 17 PEDIDO DE CARLOS TIAGO FERNANDES PAULO PARA APOIO À CRIAÇÃO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS EMPRESARIAIS

Reunião de 27 de novembro de 2018



ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL (IEEIM) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----

- 18 **PEDIDO DA GERÊNCIA DA EMPRESA ALTIVA CONSTRUÇÕES, LDA. PARA APOIO À CRIAÇÃO DE TRÊS POSTOS DE TRABALHO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS EMPRESARIAIS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL (IEEIM) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** -----
- 19 **INFORMAÇÃO DA PRESTADORA DE SERVIÇOS NA ÁREA DO INGLÊS LILIANA FELGUEIRAS SOBRE AS FÉRIAS EM MOVIMENTO (PROGRAMA DE NATAL, PÁSCOA E VERÃO) – VALORES A PAGAR DA INSCRIÇÃO E DO FORNECIMENTO DE ALMOÇO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** -----
- 20 **INFORMAÇÃO DA PRESTADORA DE SERVIÇOS NA ÁREA DO INGLÊS LILIANA FELGUEIRAS SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ÀS NORMAS MUNICIPAIS DAS FÉRIAS NA ESCOLA (PROGRAMA DE NATAL, PÁSCOA E VERÃO) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** -----

----- **1. ATAS – APROVAÇÃO DA ATA N.º 21/2018 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2018:** - Foi presente a ata número vinte e um barra dois mil e dezoito da reunião ordinária do dia treze de novembro do ano de dois mil e dezoito, cuja cópia foi previamente distribuída a todos os membros do Executivo. Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade. -----

----- **2. GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA – EMPREITADA “CASA DAS ASSOCIAÇÕES/ANTIGO EDIFÍCIO DO BANCO PINTO & SOTTO MAYOR” – PEDIDO DA EMPRESA MULTINORDESTE, S.A. – CESSAÇÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL PARA A EMPRESA GUALDIM ANCIÃES AMADO & FILHOS, LDA. – DESPACHO DE APROVAÇÃO – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO:** - O Executivo deliberou, por maioria, com três votos a favor do senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães e dos senhores vereadores, Evaristo Neves e Virgínia Vieira e com três abstenções dos senhores vereadores eleitos pela Coligação “TODOS POR MOGADOURO”, Manuel Cordeiro, Daniel Ribeiro e Alexandra Machado, ratificar o despacho, datado de dezanove de novembro de dois mil e dezoito, proferido pelo senhor presidente da Câmara, adiante transcrito, sob o ofício com a referência número “E10356”, datado de cinco de novembro corrente, do presidente do Conselho de Administração da

Reunião de 27 de novembro de 2018



Multinordeste, S.A., João Paulo Preto, registado com o número "2018,EXP,E,GE,3354", sobre o assunto em título, no qual referiu que, atendendo às dificuldades de tesouraria que a empresa está a atravessar, tal como explanado em reuniões anteriores e, tendo em conta que os acionistas ainda não cumpriram com o plano de pagamentos estabelecido, não lhe resta outra solução que não seja efetuar a cessação da posição contratual, tal como previsto no artigo 316.º do Código dos Contratos Públicos e solicitou o deferimento da mesma, de acordo com o contrato que juntou e também, a seguir se reproduz: -----

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO:

"Aprovo a presente cessão de posição contratual. Ao Executivo para ratificação. À DCIP para efeitos." -----

**CONTRATO DE CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL DA OBRA DE
"CASA DAS ASSOCIAÇÕES/ANTIGO EDIFÍCIO DO BANCO PINTO E
SOTTO MAYOR"**

"Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, compareceram como de outorgantes: -----

Primeiro: A firma MULTINORDESTE – Multifunções em Construção e Engenharia, S.A., sociedade anónima, registada na Conservatória do Registo Comercial de Bragança sob o número único de matrícula e pessoa coletiva -- --, com o capital social de ---- Euros, sedeadada na Av. do Sabor, Lote 85, R/C Drt.º, em Bragança, titular do Alvará de Construção Civil n.º ----, representada por JOÃO PAULO FERREIRA PRETO, titular do Cartão de Cidadão n.º ----, válido até __/__/__, NIF ----- e RUTE MARISA PINTO GUEDES MEDEIROS, titular do Cartão de Cidadão n.º ----, válido até __/__/__, NIF ----, com poderes bastantes para o ato que confirmei pela cópia certificada da certidão de registo de matrícula da citada firma, válida. -- Segundo: JOSÉ BERNARDINO SARAIVA LOPES AMADO, titular do Cartão de Cidadão n.º ----, válido até __/__/__, na qualidade de Procurador da firma GUALDIM ANCIÃES AMADO & FILHOS, LDA., sociedade por quotas registada na Conservatória do Registo Comercial de Meda sob o número de matrícula ----, com o capital social de ---- Euros, NIPC ----, com sede na Estrada Nacional n.º 331, 6430-312 OUTEIRO DE GATOS, titular do Certificado de Classificação de Empreiteiro de Obras Públicas n.º ----, com poderes bastantes para o ato que confirmei pela cópia certificada da certidão de registo de matrícula da citada firma, válida. -----

Pelo primeiro outorgante, na qualidade de empreiteiro da obra CASA DAS ASSOCIAÇÕES/ANTIGO EDIFÍCIO DO BANCO PINTO E SOTTO MAYOR contratualizada pelo Município de Mogadouro, foi dito: -----

Reunião de 27 de novembro de 2018



1.º Que o Município de Mogadouro, no dia 3 de maio de 2017, procedeu à contratação, à firma por si representada da obra CASA DAS ASSOCIAÇÕES/ANTIGO EDIFÍCIO DO BANCO PINTO E SOTTO MAYOR pelo preço de €198.794,77 (cento e noventa e oito mil, setecentos e noventa e quatro euros e setenta e sete cêntimos) a que acresce o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), à taxa legal aplicável, em vigor; -----

2.º Que, por motivos de ordem financeira, a sua representada, tem vindo a refletir no incumprimento da execução da referida empreitada e consequente cumprimento dos respetivos prazos de execução, não pode dar continuidade aos trabalhos tal como contratualizado. -----

Assim: -----

- Considerando que o Código dos Contratos Públicos prevê no artigo 316.º e seguintes a possibilidade de cessão da posição contratual; -----
- Considerando que o contrato celebrado com o Município de Mogadouro para a realização daquela obra não proíbe a cessão da posição contratual; -----
- Considerando que contactado o Município de Mogadouro, na qualidade de dono da obra, no sentido de ceder a posição contratual detida no âmbito do referido contrato, o mesmo, se pronunciou em sentido favorável à aceitação da cessão da posição contratual relativa aos trabalhos que falta executar naquela obra, trabalhos que se contabilizam no valor de €72 430,21 (setenta e dois mil, quatrocentos e trinta euros e vinte e um cêntimos), -----

Cede ao segundo outorgante, a sua posição contratual detida no contrato celebrado com o Município de Mogadouro a 3 de maio do ano dois mil e dezassete, para a execução dos trabalhos em falta da obra de CASA DAS ASSOCIAÇÕES/ANTIGO EDIFÍCIO DO BANCO PINTO E SOTTO MAYOR, contabilizados no referido valor de €72 430,21. -----

Declara o segundo outorgante: -----

- que aceita a cessão da posição contratual detida pelo primeiro outorgante no contrato referido para realização dos trabalhos em falta da obra citada, no valor referido; -----
- que tem pleno conhecimento dos trabalhos inerentes à execução da empreitada, dos respetivos caderno de encargos e mapa de medição, dos trabalhos executados e dos trabalhos em falta objeto de cedência, bem como dos respetivos autos de medição até à data realizados no âmbito da empreitada, que aqui se consideram anexos e passam a fazer parte integrante do presente contrato; -----

Reunião de 27 de novembro de 2018



- que tem capacidade técnica e financeira para a execução dos trabalhos objeto da presente cessão da posição contratual, sendo detentor de alvará de empreiteiro de obras públicas n.º ---- com a subcategoria e classe exigíveis para a execução da obra; -----

Declara ainda o segundo outorgante que executará os trabalhos, objeto do presente contrato de cessão, nos termos precisos do projeto, do caderno de encargos aprovados pelo dono da obra e da proposta do primeiro outorgante, cujas condições se vinculam ao presente contrato, e deste passam a fazer parte integrante. -----

Para garantia de boa execução dos trabalhos, apresenta o segundo outorgante a caução no valor de €3 621,51 (três mil, seiscentos e vinte e um euros e cinquenta e um cêntimos), correspondente a 5% dos trabalhos objeto do presente contrato de cessão, constituída por cheque, que será apresentado posteriormente. -----

Compromete-se o segundo outorgante no âmbito da celebração deste contrato a celebrar contratos de seguro que cubram quaisquer responsabilidade decorrentes de riscos de acidentes que possam ocorrer na área e no decurso da execução dos trabalhos objeto do presente contrato, obrigando-se a celebrar contratos de seguro que cubram os eventuais riscos de trabalho, de responsabilidade civil e de responsabilidade civil automóvel que abranja a frota de veículos afetos à obra, bem como seguro que cubra danos próprios de equipamentos, máquinas e outros bens em obra e estaleiro, ou de qualquer forma afetos direta ou indiretamente à obra ou com ela relacionados. -----

Apresenta o segundo outorgante os documentos comprovativos de não inibição ou impedimento quanto às matérias previstas no n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos para a celebração do presente contrato e as respetivas certidões válidas comprovativas de regularização da sua situação relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e contribuições para a Segurança Social e Certidão Permanente do Registo da Sociedade. -----

O presente contrato é celebrado ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31/08, elaborado em duplicado, lido pelos outorgantes que o declaram conforme e vão assinar.” -----

----- **3. GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA – EMPREITADA “REFORMULAÇÃO DO TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DA VILA DE MOGADOURO” – PEDIDO DA EMPRESA**

Reunião de 27 de novembro de 2018

**AMBIÁGUA-GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DE ÁGUA, S.A. A SOLICITAR A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A ENTREGA DAS PROPOSTAS – DESPACHO DE INDEFERIMENTO – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO:**

- O Executivo deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho, datado de quinze de novembro de dois mil e dezoito, proferido pelo senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, sob a informação do júri do concurso da empreitada em epígrafe, os chefes de Divisão desta Autarquia, José Joaquim Pinto, Maria José Miguel Lopes e Abel Afonso Varandas, registada com o número “2018,EXP,I,GE,476”, na qual emitiram a sua opinião sobre o pedido de prorrogação de prazo para a entrega das propostas de duas semanas, solicitado pelo interessado AMBIÁGUA-Gestão de Equipamentos de Água, S.A. referente ao procedimento por concurso público supraidentificado de que o mesmo não deverá ser aprovado, mantendo-se a data limite de entrega de propostas, ou seja, vinte de novembro corrente, porquanto, consideram que é um prazo adequado à complexidade da empreitada: -----

----- “Concordo com a informação. Não é autorizada a prorrogação. À DCIP para efeitos. Ao Executivo para ratificação.” -----

----- O senhor vereador, Daniel Ribeiro perguntou ao senhor presidente da Câmara quantas empresas se tinham apresentado ao concurso. Respondeu-lhe que só foi esta, mas concorreu. -----

----- 4. GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL ANO 2018 – 2.ª ALTERAÇÃO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Sobre o assunto em título, foi presente a proposta do senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, datada de vinte e um de novembro corrente, registada com o número “2018,EXP,I,GE,482”, que adiante se transcreve: -----

“PROPOSTA

Assunto: Alteração do Mapa de pessoal – 2018 -----

I – Da Fundamentação

Considerando que: -----

- O Mapa de pessoal enquanto instrumento de planeamento da gestão de recursos humanos, materializa a previsão dos trabalhadores que se prevê necessários, para anualmente levar a cabo a realização das atividades dos serviços, no quadro das atribuições dos órgãos do município e das estratégias por este previamente definidas; -----

Reunião de 27 de novembro de 2018



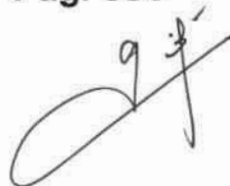
- A gestão dos recursos humanos, é por natureza contingencial, dependendo de múltiplos fatores, nomeadamente dos recursos, financeiros, materiais, da formação, da tecnologia, dos incentivos e da motivação dos trabalhadores; --
- Nessa medida, o mapa de pessoal assume um caráter dinâmico, mediante a possibilidade de alteração sempre que se revele necessário, por forma a dar resposta célere e eficaz, aos problemas com que o Município de Mogadouro se confronta diariamente e às solicitações e expetativas dos munícipes; -----
- O Município de Mogadouro em colaboração com o Agrupamento de Escolas de Mogadouro, viu aprovada uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte – NORTE-08-5266-FSD000119, com a designação “Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família”, que contempla a contratação de quatro técnicos (Psicólogo Clínico, Educador Social, Terapeuta da Fala e Terapeuta Ocupacional), por um período de 36 meses; -
 - O posto de trabalho – Terapeuta Ocupacional, ficou deserto; -----
 - O Norte 2020, aceitou a alteração da candidatura supra identificada, no que respeita aos Técnicos a contratar, ou seja, de Terapeuta Ocupacional, para mais um Educador Social; -----
 - O Agrupamento de Escolas de Mogadouro, na qualidade de colaborador, deu parecer favorável à substituição do Técnico; -----
 - Os encargos a suportar com o recrutamento encontram previsão no Orçamento Municipal da Autarquia; -----
 - De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, o mapa de pessoal deve conter a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades em cada ano, quer correspondam a necessidades permanentes ou provisórias. -----

II – Da proposta em sentido estrito

Nestes termos e de acordo com as razões anteriormente aduzidas, proponho que a Excelentíssima Câmara Municipal, delibere o seguinte: -----

- a) Aprovar a 2.ª alteração ao mapa de pessoal de 2018, em conformidade com o documento que se dá aqui por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e se anexa à presente proposta; -----
- b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação do Executivo Municipal, deverá a mesma ser agendada para a próxima sessão da Assembleia Municipal, com vista a obter a sua aprovação, dando-se assim cumprimento às disposições previstas nos artigos, 33.º, n.º 1

Reunião de 27 de novembro de 2018



alínea ccc), 25.º, n.º 1, alínea o), ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

- c) Por fim, deverá o mesmo ser tornado público por afixação e inserção em página eletrónica, no cumprimento do disposto no artigo 29.º, n.º 4 do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.” -----

----- Após a explicação dada pelo senhor presidente, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor do senhor presidente e dos senhores vereadores, Evaristo Neves e Virgínia Vieira e três votos contra dos senhores vereadores eleitos pela Coligação TODOS POR MOGADOURO, Manuel Cordeiro, Daniel Ribeiro e Alexandra Machado, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a segunda alteração do Mapa de Pessoal do ano de dois mil e dezoito e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Verificando-se empate na votação, o senhor presidente da Câmara usou o voto de qualidade, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 54.º, Anexo I da Lei suprarreferida. -----

----- 5. GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA – AQUISIÇÃO DE ARTIGOS PROMOCIONAIS PARA OFERTA À ASSOCIAÇÃO TRINDADE COELHO – MOGADOURENSES EM BRAGANÇA PARA AS BODAS DE PRATA (XXV ENCONTRO DE MOGADOURENSES EM BRAGANÇA) – DESPACHO DE EMISSÃO DA RIA/PAQ (AQUISIÇÃO) – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO:

- A Câmara deliberou, por maioria com três votos a favor do senhor presidente e dos senhores vereadores, Evaristo Neves e Virgínia Vieira e três votos contra dos senhores vereadores eleitos pela Coligação TODOS POR MOGADOURO, Manuel Cordeiro, Daniel Ribeiro e Alexandra Machado, ratificar o despacho, datado de oito de novembro de dois mil e dezoito, emanado pelo senhor presidente sob a informação do adjunto de gabinete, Ilídio Miguel Martins Rito, registada com o número “2018,CMM,I,GE, 4065”, adiante transcrito, na qual opinou sobre a aquisição, por ajuste direto, para aquisição de artigos promocionais para oferta no XXV Encontro de Mogadourenses, residentes em Bragança, levado a efeito pela Associação Trindade Coelho – Mogadourenses em Bragança, à firma Primine-Serigrafia e Publicidade Unipessoal, Lda., com sede na rua de São Rosendo, no Porto, no valor de mil, novecentos e quinze euros e vinte cêntimos (€1.915,20), mais IVA: -----

----- “Designo como gestor do contrato o adjunto do presidente, Miguel Rito. Emita-se RIA/PAQ e verifique-se existência de cabimento.” -----

Reunião de 27 de novembro de 2018



----- Verificando-se empate na votação, o senhor presidente da Câmara usou o voto de qualidade, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 54.º, Anexo I da Lei suprarreferida. -----

----- A senhora vereadora, Alexandra Machado, chamou a atenção de que, em anos anteriores, o Executivo tinha sempre conhecimento do pedido de apoio enviado pela Associação Trindade Coelho. -----

----- Disse ainda não ter conhecimento da delegação de competências do senhor presidente da Câmara no seu adjunto de gabinete, o senhor Ilídio Miguel Martins Rito, logo não deveria informar tal assunto e nem deveria ter sido nomeado gestor de contrato porque ocupa um cargo político. -----

----- 6. GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS 2019 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Foi presente a proposta do senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, datada de vinte e dois de novembro corrente sobre o assunto em título, registada com o número “2018,EXP,I,GE,481”, do teor seguinte: -----

----- “O n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), estabelece que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior. -----

----- A mesma Lei, no seu n.º 2, refere que a participação variável no IRS depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual deve ser comunicada por via eletrónica pela respetiva Câmara Municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos. -----

----- Tendo em conta as especificidades dos problemas existentes no interior, nomeadamente, a desertificação, que resulta de vários fatores, tais como, desemprego, baixos níveis de rendimento e fraco investimento do poder central, entre outros. -----

----- Tendo em conta que o concelho de Mogadouro, tais como os demais restantes concelhos do interior, também não foge à regra, debatendo-se com as mesmas dificuldades, tentando travar e até contrariar tais fenómenos, dando continuidade às várias políticas de melhoria do nível de vida dos munícipes. -----

----- Considerando que também é da responsabilidade dos municípios estarem atentos às dificuldades dos munícipes e tomarem decisões para

Reunião de 27 de novembro de 2018



atenuá-las, ou mesmo eliminá-las no objetivo de melhorar sempre, dentro das suas possibilidades e competências, o nível de vida dos seus munícipes.

----- Considerando que o município de Mogadouro possui uma capacidade de liquidez que lhe permite satisfazer as necessidades mais básicas. -----

----- Nestas condições, proponho ao Executivo que o Município abdique da sua parte da participação sobre a percentagem no IRS a que tem direito, no montante de 2,5% e a incidir sobre os rendimentos de 2018, em favor dos seus munícipes. -----

----- Mais proponho que a presente proposta seja submetida à Assembleia Municipal nos termos da legislação aplicável.” -----

----- Explicada pelo senhor presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada e supratranscrita. -----

----- Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, mais foi deliberado submeter a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- 7. DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÓNIO – EMPREITADA “PROJETO E REQUALIFICAÇÃO DAS HABITAÇÕES DO EX BAIRRO FUNDO FOMENTO/ARRANJO URBANÍSTICO DO ESPAÇO ENVOLVENTE DO ANTIGO BAIRRO FUNDO FOMENTO” - MINUTA DO ACORDO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Considerando a informação número quatro mil, trezentos e quarenta e nove, de dezanove de novembro corrente, da chefe de Divisão de Contratualização, Informática e Património, Maria José Miguel Lopes, a Câmara deliberou, por maioria, com três votos a favor do senhor presidente e dos senhores vereadores, Evaristo Neves e Virgínia Vieira e três votos contra dos senhores vereadores eleitos pela Coligação TODOS POR MOGADOURO, Manuel Cordeiro, Daniel Ribeiro e Alexandra Machado, aprovar a Minuta do Acordo referente às habitações do Bairro Fundo Fomento, nos termos adiante transcritos, a fim de ser adotada para todos os casos, diretamente relacionados com o seu objeto, bem como dar poderes ao senhor presidente da Câmara para, em representação do Município, assinar os futuros Acordos, a celebrar com os inquilinos das habitações: -----

----- (Verificando-se empate na votação, o senhor presidente da Câmara usou o voto de qualidade, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 54.º, Anexo I da Lei suprarreferida.) -----

“MINUTA DE ACORDO

Reunião de 27 de novembro de 2018



MUNICÍPIO DE MOGADOURO, NIPC 506851168, com sede no Largo do Convento de São Francisco, 5200-244 Mogadouro, na qualidade de Proprietário e Senhorio, nesta Acto representado pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, [cartão de cidadão n.º] válido até [...], com poderes para o ato conforme **[deliberação do Executivo Municipal de atribuição de poderes, datada de _____]**, -----

E, -----
[**NOME**], [cartão de cidadão n.º ...], válido até [...], NIF [...], com domicílio na [...], na qualidade de Inquilino da Fracção/Habitação n.º [...], do designado Bairro fundo Fomento, sito em Mogadouro, -----

Adiante abreviadamente designados por 1.º Outorgante e 2.º Outorgante, respectivamente, e conjuntamente por Partes e/ou Outorgantes, -----

Celebram o seguinte Acordo, -----

Considerando que, -----

A) Nos termos do disposto nos artigos 2.º e 23.º, n.º 1 e n.º 2, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na versão conferida pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais (“RJAL”) -, o 1.º Outorgante dispõe de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios: -----

- i. Equipamento urbano (artigo 23.º, n.º 2, alínea a), do RJAL); -----
- ii. Património (artigo 23.º, n.º 2, alínea e), do RJAL); -----
- iii. Ação Social (artigo 23.º, n.º 2, alínea h), do RJAL); -----
- iv. Habitação (artigo 23.º, n.º 2, alínea i), do RJAL); -----
- v. Promoção do desenvolvimento (artigo 23.º, n.º 2, alínea m), do RJAL); -
e, -----
- vi. Ordenamento do território e urbanismo (artigo 23.º, n.º 2, alínea n), do RJAL); -----

B) De acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea bb), do RJAL, compete ao 1.º Outorgante “Executar as obras, por administração direta ou empreitada”, e, nos termos da alínea ee), “Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos

Reunião de 27 de novembro de 2018



integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;”; -----

- C)** São competências do Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, nos termos do artigo 35.º, 2, alínea f), do RJAL; *“Outorgar contratos em representação do município”, e, nos termos da alínea h), “Praticar os atos necessários à administração corrente do património do município e à sua conservação;”; -----*
- D)** Encontra-se estabelecido no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, na versão conferida pelo Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de Julho – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (“RJRU”) -, que incumbe ao 1.º Outorgante assegurar *“a promoção das medidas necessárias à reabilitação de áreas urbanas que dela careçam”* (artigo 5.º); -----
- E)** O 1.º Outorgante lançou o Concurso Público designado por *“Empreitada de Projecto e Requalificação das habitações do ex bairro fundo fomento/Arranjo urbanístico do espaço público envolvente do antigo bairro fundo fomento”; -----*
- F)** Através dessa Empreitada, pretende o 1.º Outorgante assegurar a reabilitação do Bairro Fundo Fomento, melhorando as suas condições de habitabilidade, segurança e funcionalidade, de forma a dotar as populações socialmente carenciadas de habitação condigna; -----
- G)** Está o 1.º Outorgante vinculado ao respeito pelo Princípio da Justa Ponderação – artigo 4.º, alínea i), do RJRU -, devendo, no âmbito desta operação de reabilitação, assegurar os interesses dos particulares, sejam eles Ocupantes ilegais ou Inquilinos de pleno direito, em face, também, das obrigações/atribuições de cariz/acção social que impendem sobre o 1.º Outorgante; -----
- H)** Atenta a especificidade da Empreitada em causa, é necessária a desocupação quase total das Habitações do Bairro Fundo Fomento; ---
- I)** Atenta a especificidade da Empreitada em causa, não é possível assegurar a disponibilidade de Habitações a todos os atuais ocupantes

Reunião de 27 de novembro de 2018



legais durante o período expectável de duração da Empreitada, que se prevê ser de dois anos; -----

J) O 2.º Outorgante não dispõe de qualquer outra habitação onde possa permanecer durante o período expectável de duração da Empreitada. –

O qual se rege pelas seguintes Cláusulas, -----

CLÁUSULA PRIMEIRA
(CESSAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO)

1 – O 2.º Outorgante acorda na cessação do Contrato de Arrendamento, respeitante à Fracção/Habitação identificada *supra*, de que o 1.º Outorgante é Proprietário e Senhorio. -----

2 – A cessação do Contrato de Arrendamento produz efeitos a partir da desocupação da Fracção/Habitação. -----

CLÁUSULA SEGUNDA
(DESOCUPAÇÃO DA FRACÇÃO/HABITAÇÃO)

O 2.º Outorgante obriga-se a desocupar a Fracção/Habitação identificada *supra* até à data de [...], entregando as respectivas chaves ao 1.º Outorgante na data da efetiva desocupação, devendo o 2.º Outorgante entregar essa Fracção/Habitação devoluta de pessoas e bens e livre de ónus ou encargos. -----


CLÁUSULA TERCEIRA
(COMPENSAÇÃO E PRAZO)

1 – Atentos os Considerandos *supra*, o 1.º Outorgante obriga-se a atribuir ao 2.º Outorgante uma compensação mensal no valor de €250,00 (duzentos e cinquenta euros), durante o período máximo de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data de celebração do presente Acordo, podendo essas 24 (vinte e quatro) prestações mensais ser em número inferior, caso a Empreitada fique concluída antes desse prazo e/ou haja disponibilidade de nova Habitação em data anterior. -----

2 – Caso a execução da Empreitada ultrapasse o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, será celebrado Aditamento ao presente Acordo, visando regular essa circunstância. -----

3 – Em qualquer caso, o direito à Compensação referida no número 1 cessará sempre com a atribuição de nova Habitação. -----

Reunião de 27 de novembro de 2018



4 – A compensação referida no número 1 será efetuada mediante transferência bancária para o IBAN [n.º do IBAN], do 2.º Outorgante, no dia [...], de cada mês, ou no dia útil imediatamente subsequente, se esse não o for. -----

CLÁUSULA QUARTA
(ATRIBUIÇÃO DE NOVA HABITAÇÃO)

1 – O 1.º Outorgante compromete-se a atribuir nova Habitação ao 2.º Outorgante, assim que esteja concluída a execução da Empreitada e haja habitações em condições de ser ocupadas e habitadas. -----

2 – Pressuposto da atribuição de nova Habitação é a celebração, entre o 1.º Outorgante e o 2.º Outorgante, de um novo Contrato de Arrendamento, nos termos da legislação em vigor aplicável, nomeadamente de acordo com as regras de actualização de rendas apoiadas. -----

3 – A atribuição de nova Habitação ao 2.º Outorgante não será precedida dos procedimentos de atribuição de habitação em regime de arrendamento apoiado, não sendo necessário, ao 2.º Outorgante, concorrer para o efeito. –

CLÁUSULA QUINTA
(RENÚNCIA DE DIREITOS)

Com a celebração do presente Acordo, o 2.º Outorgante reconhece nada mais lhe ser devido pelo 1.º Outorgante neste âmbito. -----

Por ser esta a vontade livre e expressa das Partes, os Outorgantes declaram que estão plenamente de acordo com as Cláusulas do presente Acordo, pelo que o vão assinar. -----

Feito em dois exemplares, ficando um exemplar na posse de cada um dos Outorgantes. -----

Mogadouro, [...], de novembro de 2018 -----

O 1.º Outorgante

O 2.º Outorgante

O encargo resultante deste Acordo tem cabimento n.º [...] e compromisso n.º [...], de acordo com [...].” -----

----- Pelos senhores vereadores eleitos pela Coligação TODOS POR MOGADOURO, foi presente a Declaração de Voto que se transcreve: -----

Reunião de 27 de novembro de 2018



----- “Em 1.º lugar referir que o diploma que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana é o DL n.º 307/2009 de 23 de outubro e não o que por lapso é mencionado na alínea D) onde refere o DL 37/2009. -----

----- Os vereadores da coligação todos por Mogadouro votam contra esta minuta de acordo, porque o sr. presidente não cumpriu como se pode constatar mais uma vez nesta proposta o princípio geral estabelecido na lei que é o **dever de realojar**. -----

----- E o dever de realojar compete sempre ao promotor da intervenção que o determina. -----

----- Essa responsabilidade cabe no caso particular ao Município, por estarem em causa operações municipais ou de interesse público, como parecer ser este o caso. -----

----- Assim deixa V.ª Ex.ª os inquilinos à sua sorte, sem garantir que todos vão encontrar um alojamento. -----

----- Deixamos apenas algumas considerações para reflexão de V.ª Ex.ª e algumas perguntas: -----

O princípio da justa ponderação referido na alínea G) aplica-se aos titulares de **direitos** sobre edifícios objeto de operações de reabilitação; e não a outros. -----

Como pretende V.ª Ex.ª controlar a execução da empreitada com casas ocupadas e casas desocupadas? -----

Como pretende realojar os titulares de direitos sobre os edifícios estando a empreitada a decorrer? -----

Pretende proceder à reabilitação do espaço público com os titulares de **direitos** sobre edifícios já dentro dos edifícios? -----

Já acertou com o empreiteiro estas opções? -----

Vai executar a empreitada por fases? De modo a evitar estes acontecimentos?” -----

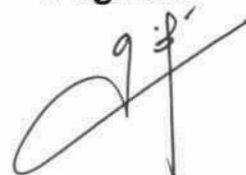
----- 8. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO

– INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE JOAQUIM DA COSTA GONÇALVES A SOLICITAR A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE RELIGAÇÃO DO CONTADOR DE ÁGUA NA HABITAÇÃO SITA EM PESO

– DESPACHO DE DEFERIMENTO DA VEREADORA COM COMPETÊNCIAS DELEGADAS JOANA DA SILVA – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO: - A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido pela senhora vereadora, Joana da Silva, datado de dezasseis de novembro de dois mil e dezoito, adiante transcrito, sob a

informação número quatro mil, trezentos e vinte e um barra dezoito referente

Reunião de 27 de novembro de 2018



ao assunto mencionado em epígrafe, da técnica de serviço social, Ana Sarmiento Felgueiras, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na qual emitiu parecer favorável sobre o pedido de Joaquim da Costa Gonçalves para religação do contador de água na sua habitação, sita na localidade de Peso, freguesia de São Martinho do Peso deste concelho, com isenção do pagamento de tarifas municipais, dado tratar-se de uma grave situação de carência económica, nos termos do disposto no ponto número um do artigo décimo sétimo do Regulamento de Aplicação e Cobrança e Tabelas e Preços Municipais e, por ser beneficiário do Rendimento Social de Inserção: -----

----- “Com base, na delegação e subdelegação de competências constante do despacho 49-PR/2017, datado de 25 de outubro de 2017, autorizo a reinstalação do contador ao munícipe, bem como a isenção das respetivas tarifas ao abrigo do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento de Aplicação e Cobrança e Tabela de Tarifas e Preços do Município. À DASA para os devidos efeitos. À reunião do executivo para ratificação, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” -----

----- Mais foi deliberado ordenar aos serviços administrativos da Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente da Autarquia para notificarem o munícipe, no sentido de se deslocar à Câmara para proceder à assinatura do contrato de fornecimento de água. -----

----- 9. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DO CLUBE DE CAÇA E PESCA DE MOGADOURO A SOLICITAR APOIO PARA A REQUALIFICAÇÃO DO CAMPO DE TIRO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Foi presente a informação número quatro mil, trezentos e cinquenta e três, de dezanove de novembro de dois mil e dezoito, da técnica de serviço social, Ana Sarmiento Felgueiras, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na qual informou que a direção do Clube de Caça e Pesca de Mogadouro, Contribuinte número 506851168, efetuou um pedido de apoio para a requalificação do Campo de Tiro (ampliação do fosso), bem como para a compra do equipamento necessário à realização de provas. – Que procedeu à entrega dos últimos documentos constantes no artigo quinto do Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município Fins de Interesse Público necessários à completa instrução do pedido e que poderá ser deferido. -----

----- Apreciado o pedido, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013,

Reunião de 27 de novembro de 2018



de 12 de setembro e o disposto no artigo 5.º do Regulamento Municipal para Concessão de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município Fins de Interesse Público, apoiar o Clube de Caça e Pesca de Mogadouro, com sede na vila de Mogadouro, Contribuinte número 506851168, na obra de requalificação do Campo de Tiro, especificamente a ampliação do fosso, bem como a compra do equipamento necessário para a realização de provas de tiro ao prato mediante a concessão de um subsídio, a pagar de uma só vez, no valor de vinte e cinco mil euros (€25.000,00) através da celebração de contrato-programa e após a cabimentação da despesa. -----

----- **Impedimentos:** - O senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães, não esteve presente no momento da apreciação nem da votação deste assunto porque o filho é o secretário do Conselho Fiscal daquele Clube, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

----- **10. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE AMÍLCAR AUGUSTO PRETO PARA MELHORIA DE ALOJAMENTO EM URRÓS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Na sequência da deliberação tomada na

reunião ordinária de vinte e três de outubro deste ano sobre o assunto em mencionado em título, foi presente a informação número trezentos e sessenta e três, de catorze de novembro corrente, do chefe de Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, Abel Afonso Varandas, na qual informou que, após deslocação à localidade de Urrós encontrou um edifício pertença do munícipe, Amílcar Augusto Preto, em condições para a construção de quarto de banho completo, de acordo com o seu pedido efetuado em vinte e cinco de agosto último. -----

----- Mais informou que procedeu ao levantamento dos trabalhos considerados necessários, apresentou o mapa de quantidades e orçamento no valor de dois mil, quatrocentos e vinte e cinco euros e quarenta cêntimos (€2.425,40). -----

----- Acrescentou ainda que porque existe a necessidade obrigatória de restaurar a cobertura para eliminar infiltrações de água naquele espaço, acrescerá o valor destes trabalhos orçado em mil, trezentos e trinta e oito euros (€1.338,00), importando-se os trabalhos a realizar em três mil, setecentos e sessenta e três euros e quarenta cêntimos (€3.763,40). -----

Reunião de 27 de novembro de 2018



----- O Executivo deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supratranscrita e, dentro das atribuições de que dispõe no domínio da ação social e habitação, respetivamente, alíneas g) e h), do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e o disposto no Regulamento para a Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Mogadouro, nomeadamente, a alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º, apoiar o requerente na construção de um quarto de banho e a reparação do telhado da referida habitação, sita na rua da Procissão, número quatro, na freguesia de Urrós deste concelho, atribuindo ao munícipe, Amílcar Augusto Preto, NIF: 144 228 394, um subsídio na importância de quatro mil seiscentos e vinte e oito euros e noventa e oito cêntimos (€4.628,98) através da celebração de um protocolo, bem como a confirmação das obras pelos serviços de fiscalização da Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais desta Autarquia. -----

----- 11. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE ALCINO DOS ANJOS MEIRINHOS PARA APOIO NA COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAÇÃO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Foi presente um pedido de, Alcino dos Anjos Meirinhos, datado de trinta e um de outubro do corrente ano, morador na rua das Eiras, bairro Fundo Fomento, número catorze, na vila de Mogadouro, registado com o número dez mil duzentos e oitenta barra dezoito, em que solicitou apoio para comparticipação de medicação, de acordo com o Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos. -----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número quatrocentos e sessenta e nove, de sete de novembro corrente, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido do sr. Alcino dos Anjos Meirinhos, cumpre os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas linhas b), c) e d) do mesmo, pois o requerente encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitor no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

----- Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido ao sr. Alcino dos Anjos Meirinhos, um cartão de

Reunião de 27 de novembro de 2018



comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá ser utilizado em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de participação de €300,00 (trezentos euros).” -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, emitiu, no dia oito de novembro corrente o seguinte parecer técnico: -----

----- “Concordo com a presente informação, porquanto, satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior da Exma. Vereadora no uso de competências delegadas.” -----

----- Analisados os pareceres técnicos supratranscritos e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio do requerente, atribuindo-lhe a participação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezoito. -----

----- **12. DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE SORAIA ANDREIA ROCHA PIRES (CONSUMIDORA N.º 10717) PARA PAGAMENTO DE FATURAS DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Na sequência do pedido de, Soraia Andreia Rocha Pires, datado de catorze de novembro corrente, registado com o número “2018,EXP,E,GE,3333”, consumidor número dez mil setecentos e dezassete, com estabelecimento comercial na avenida de Espanha, número dezasseis letra B, na vila de Mogadouro sobre o assunto em epígrafe, foi presente a seguinte informação número quatro mil, duzentos e oitenta e sete, de dezasseis de novembro corrente, do chefe de Divisão de Águas e Saneamento, José Joaquim Pinto, que se transcreve:

----- “

1. As dívidas em atraso são referentes às faturas de água de abril a outubro de 2018. -----
2. Conforme informação dos serviços de Execuções Fiscais, à data de hoje, o montante da dívida do consumidor N.º 10717, é o seguinte: -----
Execuções Fiscais (meses de abril a julho/2018): (água + multas) €303,82 -----
Débito em Tesouraria (meses de agosto a outubro/2018): €106,25 –
Total: €410,07 (quatrocentos e dez euros e sete cêntimos). -----

Reunião de 27 de novembro de 2018



3. No artigo 12.º do Regulamento de Aplicação e Cobrança e Tabela de Tarifas e Preços Municipais, no seu n.º 1, diz-nos que *"Sem prejuízo do disposto no número seguinte, poderá ser autorizado o pagamento das tarifas e preços em prestações iguais e sucessivas, mediante requerimento fundamentado do devedor, e quando o respetivo valor foi igual ou superior a €100,00."* -----
4. No n.º 2 do mesmo artigo diz também que *"Salvo disposição legal ou regulamentar em contrário, o número de prestações e o valor de cada uma não poderá ser superior a 5 prestações e o valor inferior a €20,00."* -----
5. No mesmo artigo, refere ainda que o n.º 5 que *"A autorização do pagamento em prestações é decidida pela Câmara Municipal."* -----
Face ao exposto, deixamos à consideração superior." -----

----- Atendendo à informação prestada, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido apresentado pela munícipe, Soraia Andreia Rocha Pires, autorizando-a devido a dificuldades financeiras a pagar a dívida referente às faturas de água dos meses de abril a outubro do ano de dois mil e dezoito do consumidor número dez mil, setecentos e dezassete no total de quatrocentos e dez euros e sete centimos (€410,07) incluindo execuções fiscais e débitos em Tesouraria, em cinco prestações iguais e sucessivas, conforme permitido pelo regulamento municipal em vigor. -----

----- **13. DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE SERAFIM DOS ANJOS REIS (CONSUMIDOR N.º 566) PARA PAGAMENTO DA FATURA DE ÁGUA DE JULHO DE 2018 EM PRESTAÇÕES – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Foi

presente um requerimento de, Serafim Anjos Reis, datado de oito de novembro corrente, com morada na rua de Cima, número treze, na localidade de Vilar de Rei, União de freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei, consumidor de água número quinhentos e sessenta e seis, em que solicitou o pagamento da fatura de água do mês de julho deste ano na importância de cento e sessenta e cinco euros e sessenta e oito centimos (€165,68) referente à instalação número dois mil, oitocentos e oitenta e sete em cinco prestações mensais. -----

----- O chefe de Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente, José Joaquim Pinto, na sua informação número quatro mil, trezentos e quatro, de dezasseis de novembro corrente, informou o seguinte: -----

----- " -----
----- 1. Em 17 de agosto de 2018, o consumidor N.º 566, Serafim dos Anjos Reis, solicitou a interrupção de Fornecimento de Água. -----

Reunião de 27 de novembro de 2018



----- 2. Nessa data, a fatura referente ao mês de julho/2018, no valor de €165,68, já estava em pagamento, mas o consumidor só pagou a fatura que resultou da desistência, referente ao mês de agosto/2018, no valor de €21,32. -----

----- 3. A Fatura de julho/2018 está em Execuções Fiscais. -----

----- 4. Conforme informação dos Serviços de Execuções Fiscais, à data de hoje, o montante da dívida referente ao consumidor N.º 566, é o seguinte: ----

Fatura de água: €165,68 -----

Multa: €21,24 -----

Total: €187,10 (Cento e oitenta e sete euros e dez cêntimos). -----

----- 5. O artigo 12.º do Regulamento de Aplicação e Cobrança e Tabela de Tarifas e Preços Municipais, no seu n.º 1, diz-nos que: -----

“Sem prejuízo do disposto no número seguinte, poderá ser autorizado o pagamento das tarifas e preços em prestações iguais e sucessivas, mediante requerimento fundamentado do devedor, e quando o respetivo valor for igual ou superior a €100,00.” -----

----- No n.º 2 do mesmo artigo diz também que: -----

“Salvo disposição legal ou regulamentar em contrário, o número de prestações e o valor de cada não poderá ser superior a 5 prestações e o valor inferior a €20,00.” -----

----- No mesmo artigo, refere ainda o n.º 5: -----

“A autorização do pagamento em prestações é decidida pela Câmara Municipal.” -----

----- Face ao exposto, deixamos à consideração superior.” -----

----- Considerando a informação técnica supratranscrita, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido do munícipe, consumidor número quinhentos e sessenta e seis, Serafim dos Anjos Reis, autorizando-o a pagar a fatura de água do mês de julho do presente ano, na importância total de cento e oitenta e sete euros e dez cêntimos (€187,10) em cinco prestações iguais e sucessivas, conforme permitido pelo regulamento municipal em vigor. -----

----- **14. PEDIDO DE RICARDO HERCULANO MARTINS MAJOR A SOLICITAR A DEVOLUÇÃO DE TAXA PAGA INDEVIDAMENTE NO VALOR DE 52,77 EUROS REFERENTE AO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS – DESPACHO DE DEFERIMENTO – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido pelo senhor vereador, Evaristo Neves, datado de quinze de novembro corrente, sob a informação número

Reunião de 27 de novembro de 2018



quatro mil e catorze, de seis de novembro da arquiteta, Alexandra Machado, com o parecer do chefe de Divisão Administrativa e Financeira, António Luís Moreira, sobre o pedido de, Ricardo Herculano Martins Major, de Paradela, no qual solicitou a devolução do valor de cinquenta e dois euros e setenta e sete cêntimos (€52,77), indevidamente cobrado no Balcão Único referente ao licenciamento de operações urbanísticas que a seguir se transcreve: -----

----- "Concordo com o parecer. Devolver a taxa indevidamente cobrada. À DAF para efeitos. Ao Executivo para ratificação." -----

----- 15. PEDIDO DE ANABELA DE JESUS PIRES PARA APOIO À CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS EMPRESARIAIS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL (IEEIM) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Foi presente um requerimento de, Anabela de Jesus Pires, com estabelecimento na avenida do Sabor, número cinquenta e sete, na vila de Mogadouro destinado a comércio a retalho de calçado, datado de vinte e quatro de maio de dois mil e dezoito, registado com o número "2018,EXP,E,GE,2066", em que solicitou apoio financeiro à criação de um posto de trabalho, no âmbito do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal. -----

----- Na sequência do despacho proferido pelo senhor presidente da Câmara de vinte e quatro de maio de dois mil e dezoito, foi presente a informação prestada pelo chefe de gabinete do presidente, Aníbal José Moreno, datada de catorze de novembro corrente, que refere o seguinte: -----

----- "ANABELA DE JESUS PIRES, contribuinte n.º 224051822, NISS: 12033002062, com estabelecimento comercial na Av. do Sabor, n.º 75, 5200-204 Mogadouro, concelho de Mogadouro, solicita apoio ao abrigo do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, pela criação do próprio emprego. -----

----- Analisada a documentação, verifica-se que a requerente se coletou em 19-02-2018, como empresária em nome individual, conforme Declaração de Início de Atividade que apresentou na Autoridade Tributária, com o CAE: 47721 COM. RET. CALÇADO ESTAB. ESPC., como atividade principal e CAE: 47722 COM.RET.MARROQUINARIA E ARTIGOS DE VIAGEM, como atividade secundária. -----

----- Apresenta também declaração de enquadramento na Seg. Social como independente, assim como declaração de compromisso de honra em que se compromete a manter o posto de trabalho pelo período mínimo de cinco (5) anos. Estava desempregada desde 31-12-2017. -----

Reunião de 27 de novembro de 2018



----- Juntou contrato de arrendamento das instalações. -----

----- Está em condições de ser aprovado o apoio solicitado nos termos do Regulamento, no valor de 4.640,00 euros, devendo ser elaborado o respetivo "PROTOCOLO". -----

----- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os critérios definidos no artigo sexto do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, publicado no *Diário da República* número cento e três, de vinte e oito de maio de dois mil e quinze, aviso número cinco mil, oitocentos e sessenta e quatro barra dois mil e quinze, com declaração de retificação número quatrocentos e sessenta e cinco barra dois mil e quinze, publicada no *Diário da República* número cento e onze, de nove de junho de dois mil e quinze, a Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar esta empresa na criação de um posto de trabalho, por entender que contribuirá para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. -----

----- Mais foi deliberado que o apoio para a criação do posto de trabalho será financeiro, conforme dispõe a alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do regulamento municipal enunciado, traduzido no pagamento de um subsídio na importância de quatro mil, seiscentos e quarenta euros (€4.640,00), regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. -----

----- 16. PEDIDO DE MÁRIO FERNANDES MARCOS PARA APOIO À CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS EMPRESARIAIS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL (IEEIM) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Foi presente um requerimento de, Mário Fernandes Marcos, residente na avenida são Sebastião, na localidade de Urrós deste concelho, datado de nove de abril de dois mil e dezoito, registado com o número "2018,EXP,E,GE,1668", com atividade principal de consultor de Hotelaria, Restauração e Turismo, em que solicitou apoio financeiro à criação de um posto de trabalho, no âmbito do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal. -----

----- Na sequência do despacho proferido pelo senhor presidente da Câmara de dez de abril de dois mil e dezoito, foi presente a informação prestada pelo chefe de gabinete do presidente, Aníbal José Moreno, datada de catorze de novembro corrente, que refere o seguinte: -----

----- "MÁRIO FERNANDES MARCOS, contribuinte n.º 205836470, NISS: 11062881775, com domicílio fiscal na Av. são Sebastião, Urrós, 5200-461 URRÓS, concelho de Mogadouro, solicita apoio ao abrigo do Regulamento

Reunião de 27 de novembro de 2018



de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, pela criação do próprio emprego. -----

----- Analisada a documentação, verifica-se que o requerente se coletou em 13-10-2017, como empresário em nome individual, conforme Declaração de reinício de Atividade que apresentou na Autoridade Tributária, com o CAE: 70220 OUTRAS ATIVIDADES DE CONSULTADORIA, como atividade principal e CAE: 55201 ALOJAMENTO MOBILADO P/ TURISTAS, como atividade secundária. -----

----- Apresenta também declaração de enquadramento na Seg. Social como independente, assim como declaração de compromisso de honra em que se compromete a manter o posto de trabalho pelo período mínimo de cinco (5) anos. -----

----- O requerente esteve desempregado, desde 2016-06-01 a 2017-10-13, altura em que se coletou novamente como empresário em nome individual. -----

----- Faz descontos para a Segurança Social como independente desde outubro/2017. -----

----- Está em condições de ser aprovado o apoio solicitado nos termos do Regulamento, no valor de 4.640,00 euros, devendo ser elaborado o respetivo "PROTOCOLO". -----

----- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os critérios definidos no artigo sexto do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, publicado no *Diário da República* número cento e três, de vinte e oito de maio de dois mil e quinze, aviso número cinco mil, oitocentos e sessenta e quatro barra dois mil e quinze, com declaração de retificação número quatrocentos e sessenta e cinco barra dois mil e quinze, publicada no *Diário da República* número cento e onze, de nove de junho de dois mil e quinze, a Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar esta empresa na criação de um posto de trabalho, por entender que contribuirá para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. -----

----- Mais foi deliberado que o apoio para a criação do posto de trabalho será financeiro, conforme dispõe a alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do regulamento municipal enunciado, traduzido no pagamento de um subsídio na importância de quatro mil, seiscentos e quarenta euros (€4.640,00), regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. -----

----- 17. PEDIDO DE CARLOS TIAGO FERNANDES PAULO PARA APOIO À CRIAÇÃO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS EMPRESARIAIS

Reunião de 27 de novembro de 2018

**ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL (IEEIM) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:**

- Foi presente um requerimento de, Carlos Tiago Fernandes Paulo, representante legal da empresa Maracujá-Novas Tecnologias, Unipessoal Lda., com sede na rua Ploumagoar, lote D, número trinta e sete, na vila de Mogadouro, registado com o número "2018,EXP,E,GE,2037", no qual solicitou apoio financeiro à criação de quatro postos de trabalho, no âmbito do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal. -----

----- Na sequência do despacho proferido pelo senhor presidente da Câmara de vinte e três de maio de dois mil e dezoito, foi presente a informação prestada pelo chefe de gabinete do presidente, Aníbal José Moreno, datada de dezasseis de novembro do corrente ano, que refere o seguinte: -----

----- "MARACUJÁ-NOVAS TECNOLOGIAS, UNIP LDA, contribuinte n.º 507623797, com o NISS: 20017583918, com sede na rua Ploumagoar, lote D, n.º 37, 5200-246 Mogadouro, na União de freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei, concelho de Mogadouro, solicita apoio ao abrigo do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, pela criação de quatro postos de trabalho. -----

----- Analisada a documentação, verifica-se que a requerente iniciou a atividade no ano de 2006, conforme Certidão Permanente que juntou e cópia da declaração de início de atividade que entregou na Autoridade Tributária, com o CAE: 47410 COM. RET. DE COMPUTADORES, UNIDADES PERIFÉRICAS E PROGRAMAS INFORMÁTICOS, como atividade principal.

----- Requer apoio pela criação de quatro postos de trabalho, para o efeito apresenta três contratos de trabalho sem termo, um com a trabalhadora Cláudia Sofia Marcos Salgado, NIF: 260274844, com início 20-07-2017, não pode ser considerado, em virtude de ter deixado passar o prazo de 180 dias que tinha para solicitar o apoio. Outro com a trabalhadora Ana Teresa Chaves Cortinhas, NIF: 220511292, com início em 4-01-2018 e comunicação de admissão à Seg. Social e outro com o trabalhador, José Miguel Rodrigues Fernandes, NIF: 214450740, com início em 27-03-2018 e comunicação de admissão à Seg. Social. Apresenta um quarto contrato a termo incerto, com a trabalhadora Andrea Filipa Cordeiro Bior, NIF: 220511292, com início em 15-01-2018, este não pode ser considerado, dado que o contrato tem que ser sem termo. -----

----- Da consulta das declarações de remunerações entregues na Seg. Social, verifica-se que em dezembro/2017 tinha seis (6) trabalhadores e em

Reunião de 27 de novembro de 2018



janeiro e março/2018 passou a ter oito (8) trabalhadores onde constam nas declarações de remunerações entregues na Seg. Social os trabalhadores contratados sem termo, conforme cópias das mesmas que juntou dos meses acima indicados. -----

----- Verifica-se a criação de dois novos postos de trabalho com caráter de permanência em condições de serem apoiados. -----

----- Apresenta também declaração de compromisso de honra em que se compromete a manter os postos de trabalho pelo período mínimo de cinco (5) anos. -----

----- Está em condições de ser aprovado o apoio solicitado nos termos do Regulamento, no valor de 9.280,00 euros, devendo ser elaborado o respetivo "PROTOCOLO". -----

----- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os critérios definidos no artigo sexto do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, publicado no *Diário da República* número cento e três, de vinte e oito de maio de dois mil e quinze, aviso número cinco mil, oitocentos e sessenta e quatro barra dois mil e quinze, com declaração de retificação número quatrocentos e sessenta e cinco barra dois mil e quinze, publicada no *Diário da República* número cento e onze, de nove de junho de dois mil e quinze, a Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar esta empresa na criação de dois postos de trabalho, por entender que contribuirá para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. -----

----- Mais foi deliberado que o apoio para a criação dos dois postos de trabalho será financeiro, conforme dispõe a alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do regulamento municipal enunciado, traduzido no pagamento de um subsídio na importância de nove mil, duzentos e oitenta euros (€9.280,00), regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. -----

----- **18. PEDIDO DA GERÊNCIA DA EMPRESA ALTIVA CONSTRUÇÕES, LDA. PARA APOIO À CRIAÇÃO DE TRÊS POSTOS DE TRABALHO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS EMPRESARIAIS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL (IEEIM) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Foi presente um requerimento da gerência da empresa Altiva Construções, Lda., com sede no bairro das eiras, número sete, na localidade de Vilarinho dos Galegos deste concelho, datado de seis de março de dois mil e dezoito, registado com o número "2018,EXP,E,GE,2033", no qual solicitou apoio financeiro à criação de três

Reunião de 27 de novembro de 2018



postos de trabalho, no âmbito do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal. -----

----- Na sequência do despacho proferido pelo senhor presidente da Câmara de vinte e três de maio de dois mil e dezoito, foi presente a informação prestada pelo chefe de gabinete do presidente, Aníbal José Moreno, datada de vinte de novembro do corrente ano, que refere o seguinte: -----

----- "ALTIVA CONSTRUÇÃO, LDA., contribuinte n.º 514727640, com o NISS: 25147276405, com sede na União de freguesias de Vilarinho dos Galegos e Ventozelo, com morada no Bairro das Eiras, n.º 7, 5200-572 Vilarinho dos Galegos, solicita apoio ao abrigo do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, pela criação de postos de trabalho. -----

----- Analisada a documentação, verifica-se que a requerente iniciou a atividade em 17-01-2018, conforme Declaração de Início de Atividade que apresentou na Autoridade Tributária, com o CAE: 41200 CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, como atividade principal e CAE's: 42210 e 43120 como atividades secundárias. -----

----- Requer apoio pela criação de três (3) postos de trabalho, para o efeito apresenta três contratos de trabalho sem termo, um com início em 1-2-2018, com os trabalhadores, Isidro Manuel Garcia Dias, NIF: 229194036, Hugo Manuel Almeida Jacinto, NIF: 262907623 e Diogo António Garcia Dias, NIF: 229991050, com comunicação de admissão dos mesmos à Seg. Social. -----

----- Da consulta das declarações de remunerações entregues na Seg. Social de fevereiro/18, tinha quatro trabalhadores, onde constam os trabalhadores contratados mais o sócio gerente. -----

----- Verifica-se a criação líquida de três postos de trabalho com caráter de permanência. -----

----- Apresenta também declaração de compromisso de honra em que se compromete a manter os postos de trabalho pelo período mínimo de cinco (5) anos. -----

----- Está em condições de ser aprovado o apoio solicitado nos termos do Regulamento, no valor de 13.920,00 euros, devendo ser elaborado o respetivo "PROTOCOLO". -----

----- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os critérios definidos no artigo sexto do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, publicado no *Diário da República* número cento e três, de vinte e oito de maio de dois mil e quinze, aviso número cinco mil, oitocentos e sessenta e quatro barra dois mil e quinze,

Reunião de 27 de novembro de 2018



com declaração de retificação número quatrocentos e sessenta e cinco barra dois mil e quinze, publicada no *Diário da República* número cento e onze, de nove de junho de dois mil e quinze, a Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar esta empresa na criação de três postos de trabalho, por entender que contribuirá para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. -----

----- Mais foi deliberado que o apoio para a criação dos três postos de trabalho será financeiro, conforme dispõe a alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do regulamento municipal enunciado, traduzido no pagamento de um subsídio na importância de treze mil, novecentos e vinte euros (€13.920,00), regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. -----

----- 19. INFORMAÇÃO DA PRESTADORA DE SERVIÇOS NA ÁREA DO INGLÊS LILIANA FELGUEIRAS SOBRE AS FÉRIAS EM MOVIMENTO (PROGRAMA DE NATAL, PÁSCOA E VERÃO) – VALORES A PAGAR DA INSCRIÇÃO E DO FORNECIMENTO DE ALMOÇO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número vinte e um barra dois mil e dezoito, datada de vinte e dois de novembro de dois mil e dezoito, registada com o número “2018,EXP,I,GE,484”, da prestadora de serviços na área do Inglês, Liliana Maria Felgueiras, na qual informou que, uma vez que o balanço final das “Férias em Movimento – verão 2018” foi mais positivo devido ao facto de se ter incluído a opção de almoço aos participantes, veio sugerir que as alterações efetuadas nesse período se mantenham nos períodos futuros (verão, natal e páscoa), por ter sido uma resposta que vai ao encontro das necessidades manifestadas pelas famílias e que contribui para que mais crianças possam usufruir das atividades dinamizadas naquele programa. -----

----- As alterações sugeridas constam de: -----

- Pagamento do valor de dez euros (€10,00) no ato da inscrição. -----
- Fornecimento de almoço com custo diário de um euro e quarenta e seis cêntimos (€1,46), nas instalações da cantina da EB1 com JI do Agrupamento de Escolas de Mogadouro. -----

----- Mais informou que o lanche da manhã e da tarde não está incluído nos valores acima mencionados e será da responsabilidade dos pais e encarregados de educação. -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, no seu parecer, datado de vinte e dois de novembro corrente referiu o seguinte: “Concordo com a proposta conforme referenciado.” -----

Reunião de 27 de novembro de 2018



----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as alterações propostas com os preços indicados que irão ser aplicados no período das Férias em Movimento, nos programas de natal, páscoa e verão levados a efeito pela Câmara Municipal. -----

----- A senhora vereadora, Alexandra Machado, chamou a atenção perguntando se o documento em causa não deveria ser transformado em regulamento externo, dado que envolve importâncias a pagar pelos pais das crianças que vão usufruir deste tipo de apoio concedido pelo Município de Mogadouro. -----

----- O senhor presidente da Câmara respondeu que o assunto apresentado está conforme. -----

----- **20. INFORMAÇÃO DA PRESTADORA DE SERVIÇOS NA ÁREA DO INGLÊS LILIANA FELGUEIRAS SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ÀS NORMAS MUNICIPAIS DAS FÉRIAS NA ESCOLA (PROGRAMA DE NATAL, PÁSCOA E VERÃO) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Foi presente a informação número vinte e dois barra dois mil e dezoito, datada de vinte e dois de novembro corrente, registada com o número “2018,EXP,I,GE,483”, da prestadora de serviço na área do Inglês, Liliana Maria Felgueiras, na qual apresentou, para aprovação a alteração às normas para os futuros períodos de funcionamento do programa “Férias na Escola (Programa de natal, páscoa e verão)”, que adiante se transcrevem e com as quais, a técnica superior de serviço social, Ana Sarmiento Felgueiras, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo concordou: -----

**ALTERAÇÃO ÀS NORMAS MUNICIPAIS APLICÁVEIS ÀS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO PARA ALUNOS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR
“FÉRIAS NA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO”**

Artigo 1.º

Objetivos e âmbito de aplicação

1 – As presentes normas estabelecem as regras de funcionamento das Atividades de Animação para Alunos do Ensino Pré-escolar, doravante designado por *Férias na Escola*, promovidas diretamente pelo Município de Mogadouro. -----

2 – As *Férias na Escola* são componentes não letivas de apoio á família, que decorrerão durante o período de férias de natal, páscoa e verão. -----

3 – O Município de Mogadouro, mediante deliberação do executivo camarário, poderá prorrogar o período de funcionamento das *Férias na Escola*. -----

4 – Com as *Férias na Escola* pretende-se apoiar os agregados familiares,

Reunião de 27 de novembro de 2018



promovendo alternativas de qualidade e que espelhem a responsabilidade social que a autarquia tem perante os seus munícipes. -----

5 – Durante o período das *Férias na Escola*, as crianças têm a oportunidade de vivenciar diferentes situações, dentro ou fora do espaço escolar, distintas das do período letivo, e que complementam o seu desenvolvimento pessoal nomeadamente através de atividades que promovam a capacidade de exercer uma cidadania ativa, aprender a viver uns com os outros, estimulando as suas relações interpessoais, quer com os adultos quer com os seus pares. -----

Artigo 2.º

Destinatários

Qualquer criança matriculada no ensino pré-escolar aquando do ato de inscrição, pode beneficiar das *Férias na Escola*, desde que solicitado nos prazos definidos pelo Município de Mogadouro. -----

Artigo 3.º

Horários e período de funcionamento

1 – As *Férias na Escola* funcionarão nos dias úteis das férias de natal, páscoa e verão, nos períodos a estabelecer pelo Município de Mogadouro, para as crianças admitidas e em que os pais/encarregados de educação fundamentem a necessidade de beneficiar desse serviço. -----

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, as atividades de animação não funcionam sempre que o estabelecimento de ensino seja encerrado ou o seu funcionamento seja comprometido por motivos alheios ao Município de Mogadouro. -----

3 – Os serviços funcionarão no seguinte horário diário das 8:45h às 17:30h. –

Artigo 4.º

Funcionamento das Férias na Escola

1 – O Município de Mogadouro assegura, durante as férias do natal, páscoa e período a estabelecer no verão, as *Férias na Escola*, através da ocupação lúdica e recreativa das crianças do ensino educação pré-escolar. -----

2 – A frequência das *Férias na Escola* só será validada com o pagamento antecipado do número de semanas solicitado, devendo este efetivar-se no momento da inscrição. -----

3 – Os pais/encarregados de educação que pretendam usufruir das *Férias na Escola* terão de assegurar o transporte dos seus educandos para o local onde se desenvolvem as atividades. -----

Artigo 5.º

Controle e gestão das Férias na Escola

Ao Município de Mogadouro compete assegurar: -----

Reunião de 27 de novembro de 2018



- 1 – A implementação e desenvolvimento da componente socioeducativa e pedagógica e acompanhamento da execução das *Férias na Escola*. -----
- 2 – Os encargos e gestão do pessoal responsável pelo desenvolvimento de atividades. -----
- 3 – A comparticipação dos custos com a aquisição de materiais consumíveis, didático-pedagógicos e equipamentos necessários às atividades. -----
- 4 – A organização e controle do processo de fornecimento dos almoços e lanches. -----

Artigo 6.º

Obrigações das famílias

- 1 – As famílias obrigam-se a formalizar a inscrição nas *Férias na Escola*, com o preenchimento de uma ficha de inscrição, e com apresentação dos seguintes documentos/informações: -----
 - a) Dados constantes no cartão de cidadão do aluno; -----
 - b) Dados constantes no cartão de cidadão do progenitor/encarregado de educação; -----
 - c) Declaração médica comprovativa de deficiência, quando aplicável. -----
- 2 – Os pais/encarregados de educação que pretendam beneficiar das *Férias na Escola* deverão formalizar a inscrição até ao dia estipulado pelo Município de Mogadouro. -----
- 3 – As famílias obrigam-se a respeitar os horários definidos para as *Férias na Escola*, assim como a proceder aos pagamentos, conforme o artigo 8.º das presentes normas. -----

Artigo 7.º

Comparticipações familiares para as Férias na Escola

- 1 – O ato de inscrição nas *Férias na Escola* terá um custo de 10,00€. -----
- 2 – As refeições das *Férias na Escola* terão um custo diário de 1,46€ para o almoço e 0,75€ para o lanche da tarde. -----
- 3 – O lanche da manhã não está incluído nos valores acima mencionados. ---

Artigo 8.º

Local, forma e prazo de pagamento das comparticipações

O pagamento deverá ser efetuado pelos pais/encarregados de educação na Divisão de Desenvolvimento Económico e Social do Município de Mogadouro ou na tesouraria do mesmo Município no ato de inscrição. -----

Artigo 9.º

Dúvidas e omissões

As dúvidas, casos omissos e interpretações resultantes da aplicação das presentes normas serão submetidas ao executivo da Câmara Municipal de Mogadouro para resolução. -----

Reunião de 27 de novembro de 2018

Artigo 10.º

Entrada em vigor

As presentes normas em funcionamento entram em vigor, após a sua aprovação em reunião de Câmara. -----

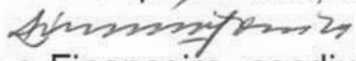
Artigo 11.º

Norma revogatória

Com entrada em vigor das presentes normas, consideram-se revogadas na sua totalidade as normas que disponham sobre a mesma matéria." -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar e aprovar as normas municipais acima transcritas para serem aplicadas nas "Férias na Escola (Programa de natal, páscoa e verão)". -----

----- **PAGAMENTOS:** - A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos efetuados entre o dia treze e vinte e seis de novembro de dois mil e dezoito na importância de novecentos e trinta e três mil, trezentos e cinquenta euros e vinte e sete cêntimos (€933.350,27). -----

----- **ENCERRAMENTO:** - Foi, finalmente, deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na reunião se torne executório imediatamente, tendo o senhor presidente encerrado a reunião pelas onze horas e quinze minutos, de que para constar se lavrou a presente ata, que eu  António Luís Moreira, chefe de divisão Administrativa e Financeira, coadjuvado pela coordenadora técnica, Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira, redigi e subscrevi: -----

